

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.402.795 - MA
(2018/0311045-7)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : CHARLES DOUGLAS SILVA PEREIRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

DECISÃO

CHARLES DOUGLAS SILVA PEREIRA agrava de decisão que inadmitiu seu recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do **Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão** na Apelação n. 0026248-30.2012.8.10.0001.

Consta nos autos que **o agravante foi absolvido**, em primeira instância, da imputação pela prática de furto qualificado tentado – **art. 155, § 4º, I, c/c o art. 14, II**, ambos do Código Penal (fls. 242-247).

O Tribunal estadual **deu provimento ao apelo da acusação**, a fim de **reformular a decisão absolutória** e condenar o réu à pena de **8 meses de reclusão, no regime aberto**, mais multa (fls. 314-321).

Nas razões do especial, a defesa do recorrente apontou ofensa ao art. 155, § 4º, I, do Código Penal (fls. 328-333).

Sustenta a ausência de tipicidade material do delito de furto e o reconhecimento do **princípio da insignificância, em decorrência da inexpressividade da lesão patrimonial da vítima, inclusive por não haver se consumado** a infração penal. Requer o provimento do especial para absolver o insurgente.

O recurso foi inadmitido pela Corte de origem (fls. 348-350), o que ensejou a interposição do presente agravo (fls. 354-358).

O **Ministério Público Federal** manifestou-se pelo **não provimento** do especial (fls. 379-385).

Decido.

O agravo é tempestivo e infirmou os fundamentos da decisão

agravada, razões pelas quais conheço do recurso.

I. Princípio da insignificância

Segundo argumenta a defesa, as instâncias de origem ofenderam a legislação federal ao não aplicar o princípio da insignificância para absolver o réu da acusação pela prática do crime de furto qualificado privilegiado.

O Juiz de primeira instância, ao acolher a tese defensiva e absolver o acusado pelo princípio da insignificância, ressaltou (fls. 245-247, grifei):

[...]

Assim no caso em tela, a conduta do acusado se amoldou a figura típica, também ficou evidenciado que o mesmo tinha consciência do que estava fazendo e almejava o resultado pretendido, ou seja, que agiu com dolo, se amoldando, assim, a **tipicidade subjetiva, por outro lado, pela vertente da tipicidade material, a conduta do indiciado se mostrou mínima para que viesse a ser punida, pois não houve periculosidade social, a reprovabilidade do comportamento também foi de grau ínfimo, e por fim, a lesão do bem jurídico se mostrou irrisória, portanto, não restou caracterizada tipicidade material**, não justificando a intervenção da tutela penal, assim encontrando preenchidos os requisitos objetivos e subjetivos é caso de aplicação do princípio da insignificância.

No caso *sub judice*, os bens foram restituídos a vítima, restando a mesma o conserto o portão arrombado, o que resultou num prejuízo de R\$160,00 (cento e sessenta reais) para comprar os cadeados e com a mão de obra.

[...]

De acordo com o art. 386 do Código de Processo Penal, a absolvição poderá ocorrer por vários motivos, tais como, estar provada a inexistência do fato, não haver prova da existência do fato, não constituir o fato infração penal, estar provado que o réu não concorreu para a infração penal, não existir prova de ter o réu concorrido para a infração penal, existirem circunstâncias que excluam o crime ou isentem o réu de pena, ou mesmo se houver fundada dúvida sobre sua existência, não existir prova suficiente para a condenação (grifo nosso).

A Corte estadual, ao reformar a decisão absolutória, assentou (fls. 319-320, destaquei):

[...]

Verificando cuidadosamente as razões apresentadas pelo Apelante, e, ao confrontá-las com a decisão do juiz de primeiro grau e com as demais provas nos autos, vejo que há como prover o recurso defensivo.

A materialidade e autoria do crime estão comprovadas pelo Auto de prisão em flagrante, fls. 02/12, auto de Exibição e apreensão fl. 14/15, laudo de exame em local de vistoria de imóvel fls. 65/72 e 74/94 e declarações da vítima, inquirição das testemunhas de acusação e interrogatório, via recurso áudio-visual. Fls. 186/192 - CD.

Sobre o reconhecimento do princípio da insignificância o entendimento atual do STF são os seguintes requisitos: ofensividade mínima da conduta do agente; ausência de periculosidade social da ação; reduzido grau de reprovabilidade do comportamento do agente e inexpressividade da lesão ao bem juridicamente tutelado.

In casu, Charles Douglas Silva Pereira foi preso tentando subtrair para si, mediante rompimento de obstáculo (arrombamento), 01 (um) botijão de gás cheio, 01 (um) forno microondas e 01 (um) liquidificador da Lanchonete "Tio Gordo Lanche".

Se adotado princípio da insignificância, recepcionado pelo, ordenamento jurídico, desde que a sua aplicação se vincule à consideração das naturezas objetiva e subjetiva de cada caso e não, apenas, ao valor do bem subtraído.

Dito de outra maneira, a apuração da expressividade ou não da lesão ao bem jurídico, tutelado pela norma, exige a análise das circunstâncias geradoras do crime, tais como: a situação econômico-financeira da vítima e as condições pessoais do réu.

Na hipótese dos autos, Charles Douglas Silva Pereira foi preso tentando subtrair para si, mediante rompimento de obstáculo (arrombamento), 01 (um) botijão de gás cheio, 01 (um) forno microondas e 01 (um) liquidificador da Lanchonete "Tio Gordo Lanche", bens que não se enquadrar no conceito de bem de pequena monta, além das circunstâncias do caso não justificam a aplicação do princípio da bagatela, pois, foi feito um arrombamento para

subtrair os bens.

Ademais, apelado já atuou outras vezes nesse crime, o que, sem dúvida, agrava a reprovabilidade de sua conduta.

Consoante já assentado pelo Supremo Tribunal Federal, o princípio da insignificância deve ser analisado em correlação com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Direito Penal, **no sentido de excluir ou afastar a própria tipicidade da conduta, examinada em seu caráter material.** Deve-se observar, ainda, a presença dos seguintes vetores: (I) mínima ofensividade da conduta do agente; (II) ausência total de periculosidade social da ação; (III) ínfimo grau de reprovabilidade do comportamento; e (IV) inexpressividade da lesão jurídica ocasionada (conforme decidido nos autos do HC n. 84.412/SP, de relatoria do Ministro Celso de Mello, DJU 19/4/2004).

Tenho externado, em diversos votos e decisões monocráticas, **minha posição favorável à possibilidade de, a despeito da subsunção formal de determinada conduta humana a um tipo penal, concluir-se pela atipicidade material da conduta,** por diversos motivos, entre os quais, **a ausência de ofensividade penal** do comportamento verificado. Isso porque, além da adequação típica formal, deve haver uma atuação seletiva, subsidiária e fragmentária do Direito Penal, de modo a conferir maior relevância à proteção de valores tidos como indispensáveis à ordem social, a exemplo da vida, da liberdade, da propriedade, do patrimônio etc., quando efetivamente ofendidos.

No caso vertente, há componentes significativos que revelam **a considerável reprovabilidade do comportamento do réu,** a indicar a necessidade da atividade punitiva estatal.

De fato, a conduta perpetrada pelo agravante **não se revela de escassa ofensividade penal e social,** pois **a lesão jurídica provocada não pode ser tida como insignificante,** principalmente ao se considerar os valores dos bens descritos no auto de avaliação (R\$ 495,00 – fl. 39) e do conserto do portão arrombado (R\$ 160,00 – fl. 246) – que representavam **mais de 100% do salário mínimo** vigente à época – **R\$ 622,00** – e o fato de o delito haver sido praticado **mediante arrombamento.**

A Quinta e a Sexta Turmas deste Superior Tribunal de Justiça têm entendido como inexpressivo o valor da *res furtiva* que não ultrapasse 10% do salário-mínimo vigente ao tempo da infração, quando se tratar de

vítima pessoa física, e 20%, se o lesado for pessoa jurídica. Ilustrativamente:

[...]

1. O entendimento proferido pelo Tribunal de origem encontra-se em desacordo com a jurisprudência desta Corte firme no sentido da **inaplicabilidade do princípio da insignificância às hipóteses de furto em que o valor do bem furtado seja superior a 10% do salário mínimo vigente à época dos fatos**. Precedentes.

[...]

Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp n. 1.659.981/MG, Rel. Ministro **Joel Ilan Paciornik**, 5ª T., DJe 28/6/2017, destaquei.)

[...]

1. Diante do valor econômico do bem subtraído – avaliado em R\$ 50,00, o que corresponde a 12,04% do salário mínimo à data do fato (R\$ 415,00) –, a lesão jurídica provocada pela conduta não pode ser considerada inexpressiva.

[...]

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp n. 1.388.263/ES, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 2/2/2016)

Além disso, o posicionamento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça é de **afastar a aplicação do princípio da insignificância nos casos em que o delito de furto for qualificado**.

Exemplificativamente:

[...]

1. O aresto objurgado alinha-se a entendimento assentado neste Sodalício no sentido de que **se cuidando de furto qualificado praticado mediante escalada e rompimento de obstáculo, inviável se mostra o reconhecimento do crime de bagatela, tendo em vista a maior reprovabilidade do comportamento na espécie**.

2. Aliado a esta circunstância, o valor dos bens objeto do delito impede que sua conduta seja considerada insignificante, na linha de precedentes desta Corte Superior de Justiça.

3. Incidência do óbice do Enunciado nº 83 da Súmula do STJ, também aplicável ao recurso especial interposto com

fundamento na alínea a do permissivo constitucional.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp n. 806.180/SP, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, 5ª T., DJe 22/2/2016, grifei)

[...]

2. O *modus operandi* da conduta praticada pelo paciente, que sucedeu mediante rompimento de obstáculo, impede a aplicação do princípio da insignificância. Precedentes.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp n. 1.502.103/RJ, Rel. Ministro **Gurgel de Faria**, 5ª T., DJe 4/2/2016)

No mesmo sentido, decidiu o Supremo Tribunal Federal:

[...]

2. **Não tem pertinência o princípio da insignificância em crime de furto qualificado cometido mediante rompimento de obstáculo.** Precedentes.

3. Ordem denegada.

(HC n. 121.760/MT, Rel. Ministra **Rosa Weber**, 1ª T., DJe 3/11/2014, destaquei.)

Portanto, **diante das circunstâncias do caso e dos fundamentos consignados no acórdão recorrido**, inviável o reconhecimento do princípio da insignificância na espécie.

II. Execução imediata da pena

Ante o esgotamento das instâncias ordinárias, como no caso, de acordo com entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do ARE n. 964.246, **sob a sistemática da repercussão geral, é possível a execução da pena depois da prolação de acórdão em segundo grau de jurisdição e antes do trânsito em julgado da condenação**, para garantir a efetividade do direito penal e dos bens jurídicos constitucionais por ele tutelados.

III. Dispositivo

À vista do exposto, **conheço do agravo** para, com fundamento no art. 932, VIII, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "b", parte final, do RISTJ, **negar provimento ao recurso especial.**

Determino o envio de cópia dos autos ao Juízo da condenação para a imediata execução da pena imposta caso o agente não a esteja cumprindo atualmente.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

